

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0010462/2023	DATA DE ENTRADA	18/05/2023 14:18:36
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO			
RECURSO PP 15-2023 - SUNO CONSTRUÇÕES			

REQUERENTE	
SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO 0010462/2023	DATA ABERTURA 18/05/2023 14:18:36
	REQUERENTE SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA		
ASSUNTO LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO RECURSO PP 15-2023 - SUNO CONSTRUCÇÕES			



Suno

Construções e Serviços

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO
MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ.

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2023 - PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8362/2022.

SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 30.401.724/0001-08, com sede a Rua General Rondon, 23/301, São Francisco - Niterói-RJ, por intermédio de seu representante legal o Sr. **Bernardo Siqueira Ramiro**, portador da carteira de identidade n.º 198295, expedida em 01/05/2015 pela OAB/RJ e do CPF n.º 117.748.307-60, vem respeitosamente à presença da Ilma. Sra. Pregoeira da D. Comissão de Licitações, nos termos do que faculta o art. 109, da Lei n° 8.666/93, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei 10.520 e item 13.1.1 do edital e também com fundamento, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão equivocada que habilitou e classificou como vencedora do Certame em epígrafe a empresa **V DE O RIBEIRO JARDINAGEM ME**, pelos fatos e fundamentos que adiante passa a expor:

Rua General Rondon, n° 23, São Francisco - Niterói - RJ.
CNPJ sob o nº 30.401.724/0001-08



Suno

Construções e Serviços

I- DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para a Decisão Administrativa ora atacada se deu através da Ata de Realização do Pregão datada de 15 de maio de 2023. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 18 (dezoito) de maio do ano em curso, razão pela qual deve essa respeitável Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Maricá conhecer e julgar a presente medida.

II - SÍNTESE FACTUAL

A Prefeitura Municipal de Maricá, através da sua Pregoeira e Equipe de Apoio, lançou o edital de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tombado sob o número **015/2023**, nos autos do *Processo nº 8362/2022*, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para *"Execução de serviços de Manutenção Preventiva, Periódica e Corretiva em campos de várzea no Município de Maricá"*.

Esta Empresa, ora Recorrente, participou do certame em epígrafe, sendo devidamente credenciada e apresentando seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, conforme se extrai da ata da sessão ocorrida no dia 15/05/2023, apresentando e atendendo esta Empresa a todos os requisitos do Edital.

A ora Recorrente, ficou apta para a fase de lances tendo em vista o seu preço era um dos menores apresentado por todas as participantes.



Suno

Construções e Serviços

Da mesma forma, só que sem atender todas as exigências do Edital a empresa V DE O RIBEIRO JARDINAGEM ME apresentou com falhas graves seus documentos e preços.

Para nossa surpresa a decisão do Sra. Pregoeira em Ata de Reunião, atuou de maneira equívoca ao classificar como vencedora e habilitar a referida empresa.

Desta forma elencamos as graves falhas cometidas na apresentação da documentação desta empresa abaixo:

- 1) a conduta equivocada da Comissão em autorizar a retificação de validade de proposta da empresa Recorrida;
- 2) a conduta equivocada da Comissão em autorizar a correção do total global da proposta da empresa Recorrida;
- 3) a conduta equivocada da Comissão em autorizar a correção e adendo do número da inscrição municipal, violando o item 08.1.2 do edital do certame.

Desta forma, ao habilitar e classificar como vencedora a V DE O RIBEIRO de forma errônea a aplicação das regras editalícia, inclusive, afrontando os princípios da igualdade e da vinculação ao instrumento licitatório, torna-se injusta a referida decisão.

Do mesmo modo, considerando ainda evidências de fundado receio de grave lesão ao interesse público e de risco de ineficácia da decisão de mérito.

Analisando-se as regras dispostas nos itens: 08.1, 08.1.2, 08.3 e 08.5 do Edital, fácil verificar o não atendimento integral de todas as suas condições, como poderemos verificar na referida exigência abaixo:



Suno

Construções e Serviços

"08 - DAS PROPOSTAS E APRESENTAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

08.1 - Somente será aceita a Proposta que estiver preenchida em impresso original próprio ou modelo idêntico àquele fornecido pela CPL, desde que este contenha as informações solicitadas e atenda as seguintes condições: (grifo nosso)

08.1.2 - A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos. (grifo nosso)

08.3 - Os licitantes deverão preencher o nome da empresa, o endereço, o número da Inscrição Estadual e/ou Municipal (conforme o caso), na primeira folha da Proposta, no local destinado para tal, datando, assinando todas as vias, bem como inserindo o carimbo do CNPJ, de modo legível, também em todas as vias. (grifo nosso)

08.5 - A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados. (grifo nosso)

Desta forma, verifica-se claramente que a V DE O RIBEIRO deixou de atender vários e importantes itens na apresentação de sua proposta de preços.

Ao contrário da decisão proferida pela douta Pregoeira e sua Equipe de Apoio, a recorrida encontra-se totalmente DESCLASSIFICADA para a fase de Habilitação, vez que, a mesma não atendeu plenamente os requisitos editalícios.

Salientamos que, o intuito desta recorrente quando se coloca contra a decisão desta douta, nobre e ilibada comissão de Pregão, nada mais é, direito que a mesma tenha o julgamento igualitário de todas as propostas, com base legal no princípio a vinculação ao ato convocatório.



Suno

Construções e Serviços

III- DA FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que, mesmo a recorrida não cumprindo fielmente as requisições do edital, no sentido de apresentar suas propostas na forma das exigências do edital, a Pregoeira realizou um julgamento de forma desarrazoada e extremamente equivocada, classificando a recorrida para a próxima fase.

A linha de julgamento adotada pela Pregoeira, prejudicou demasiadamente a Recorrente, especialmente, quando do exame das propostas de preços da recorrida.

O ordenamento jurídico pátrio, em especial, o artigo 37 da Carta da República de 1988, *in verbis*, impõe aos agentes públicos a obediência de princípios que devem conduzir a Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Isto posto, fica patente que o Gestor Público deve fundar suas decisões, igualmente, no princípio da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, a fim de atender ao interesse público, mirando a igualdade de disputa de todos os participantes.

Desse modo, resta claro que a recorrida não atendeu todas as exigências do Edital. Assim, a Pregoeira deve reconsiderar sua decisão, pois, a Licitante não preenche todos os requisitos editalícios, sendo classificada ilegalmente, consubstanciada, pelo julgamento equivocado.



Suno

Construções e Serviços

Por fim, ao manejar o julgamento da recorrida descumprindo todos os critérios editalícios e legais, a Pregoeira afrontou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois, conforme se infere do mencionado julgamento, não foram cumpridos todas as exigências neste certame.

Conclui-se, portanto, que as irregularidades apontadas contra a recorrida, devam ser revistas pela Pregoeira em nome da competitividade e busca da melhor proposta para a administração pública.

IV. DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se que as presente **RAZÕES DO RECURSO** sejam **CONHECIDAS e PROVIDAS**, retificando a decisão que classificou como vencedora a empresa V DE O RIBEIRO, uma vez que não encontra guarida no Ordenamento Jurídico Pátrio e por não estar em consonância com o Princípio da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Que seja apreciado o efeito devolutivo presentes nos recursos administrativos, fazendo com que aprecie e reconheça o presente em todos os seus itens e, caso a decisão combatida não seja **RECONSIDERADA** por Vossa Senhoria, requer-se que o presente Recurso seja remetido a Autoridade Superior juntamente com os autos do processo administrativo.

Termo em que,

Pede e espera deferimento.

Niterói, 17 de maio de 2023.

Termo de Siquiera Ramiro
SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.